

**14478 - Algumas aproximações acerca da Reciprocidade como diferenciado do campesinato e do agroindustrial: camponeses do Sítio Palmeiras/Chã Grande, Zona da Mata de Pernambuco**

*Some approaches about reciprocity as differentiated from the peasantry and agribusiness: peasants of the Palmeiras farm / Chã Grande, Zona da Mata of Pernambuco*

RAMOS CAPORAL, Ladjane de Fátima, Jorge Roberto Tavares de Lima <sup>2</sup>

1 UFRPE, [ladjane.caporal@gmail.com](mailto:ladjane.caporal@gmail.com); 2 UFRPE, [jtavares@ded.ufrpe.br](mailto:jtavares@ded.ufrpe.br)

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar o campesinato a partir da reciprocidade, dentro do marco metodológico que parte da premissa de que o rural é um “referente empírico”, que só se pode analisar através de uma abordagem interdisciplinar e/ou multidisciplinar. A proposta é analisar as características do campesinato para identificar as diferenças para o agricultor agroindustrial, tendo como elemento central a reciprocidade. O trabalho constata a existência do campesinato em uma comunidade na zona da mata de Pernambuco e identifica que ao abrigar o campesinato no conceito abrangente da agricultura familiar deixa-se de ter políticas adequadas para estes, remetendo-os implicitamente para a invisibilidade.

**Palavras chave:** Agroecologia; Campesinato; Reciprocidade

**Abstract:** The main goal of this article is to analyze peasantry practices using the concept of reciprocity with a methodological frame based on the premise that what is named “rural” constitutes an empirical reference that is only possible to analyze through an interdisciplinary or multidisciplinary approach. It pretends to analyze the peasantry behavioral characteristics in order to identify its differences with industrial agriculture, observing reciprocity as a central element. Furthermore this document presents the existence of peasantry in a community at the mata de Pernambuco region and shows that including the term of peasantry as a wide concept into the familiar agricultural practices inhibits proper policies, implicitly leaving them, almost invisible.

**Key words:** Agroecology; Peasantry; Reciprocity

## **Introdução**

Este artigo tem como proposta analisar das características do campesinato que é a reciprocidade em uma comunidade denominada de Sítio Palmeiras localizada no município de Chã Grande, em Pernambuco/Brasil.

Entende-se por reciprocidade o que Sabourin (2009, p. 51) conceitua como sendo “a dinâmica de reprodução de prestações, geradoras de vínculo social” e o sentimento de pertencimento a um grupo (comunidade camponesa). Ainda segundo o autor a reciprocidade se revela em forma de solidariedade “na produção ou redistribuição de alimentos, que constituem o plano do real”. Já no âmbito do simbólico ela se revela nos cantos, nas rezas coletivas, entre outros. Como afirma: “A linguagem está na base da reciprocidade. Este compartilhamento recíproco permitido pela linguagem dá sentido à ação do homem” (SABOURIN, 2009, p 52).

Outro conceito perseguido neste trabalho foi o de campesinato, que para Sevilla Guzmán e Molina o camponês é definido como sendo mais que um sujeito social:

[...] mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculados aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível de tecnologia de cada momento histórico e pelo grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de “campesinidade” (no original: grados de campesinidad). (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005, p. 78).

No cenário brasileiro encontra-se em curso nas duas últimas décadas, por injunções técnico-políticas, o uso da expressão agricultor familiar, especialmente a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para designar todo e qualquer agricultor que viva no campo e que tenha as características citadas pela Lei da Agricultura Familiar. Neste sentido, as políticas públicas adotaram a agricultura familiar como segmento do mundo rural que passou a ser tratado de forma genérica, sem uma preocupação maior com as diferenciações que possa haver dentro deste universo. Assim sendo, o camponês ficou cada vez mais invisível e se diluiu na ampla categoria de agricultor familiar, cuja definição encontra-se estabelecida na Lei da Agricultura Familiar, Nº 11.326, de 2006:

A não valorização do modo de vida do camponês, pelo uso livre e às vezes contraditório da expressão “agricultura familiar camponesa”, cria uma aparente acomodação por parte de formuladores de políticas e de estudiosos. Uma vez que desconsidera especificidades do modo de vida camponês e trata-os como parte de uma genérica categoria de agricultor familiar, sem adentrar no âmago de contradições presentes no meio rural nem propor políticas públicas capazes de atender as especificidades e diferenças socioculturais e econômicas dos diferentes segmentos familiar no rural.

No entanto, ao analisar os estudos brasileiros do campesinato feitos por Otávio Guilherme Velho, Horário Martins de Carvalho, Shepard Forman, Caio Prado Jr, Kalervo Oberg, Guillermo Palacios, Maria Isaura Queiroz, entre outros, identifica-se duas correntes de estudiosos: (a) uma que preconizava o fim do campesinato e o avanço do capitalismo no campo e (b) outra que defendia a estrutura feudal-escravista do período colonial como o nascedouro do campesinato brasileiro e a sua permanência através das brechas camponesas, do camponês marginal, do camponês de fronteira, etc.

### **Metodologia**

Este estudo parte da premissa de que o rural é um “referente empírico”, que segundo Toledo, Alarcón-Cháires e Barón (2002, p. 21), só se pode analisar através de uma abordagem interdisciplinar e/ou multidisciplinar. Deste modo, o rural deve ser estudado a partir das dinâmicas sociais, de suas inter-relações com o urbano-industrial e de suas conexões com a natureza.

Sendo assim, esta pesquisa relaciona as ciências agrárias e as ciências sociais e humanas dentro do campo abrangente dos estudos camponeses. Nesse campo, das diferentes ciências mencionadas, que procura apreender uma dimensão material, como a agrobiodiversidade, o desenho da unidade produtiva, entre outros, mas também uma dimensão simbólica (espaço social e de reconhecimento do ser camponês).

Para tanto, foi utilizado como método a coleta de dados direta, que é definida como sendo aquela na qual os dados são obtidos pelo próprio pesquisador através de levantamento de registro ou coletados diretamente através de inquéritos, questionários, entrevistas, etc. Também optou-se por fazer uma coleta de dados contínua. Isto exigiu, além de uma pesquisa de campo, através de entrevistas semiestruturada, a observação da dinâmica social na comunidade, realizada através de observação direta.

## **Resultados e discussões**

Entende-se por reciprocidade o que Sabourin (2009, p. 51) conceitua como sendo “a dinâmica de reprodução de prestações, geradoras de vínculo social” e o sentimento de pertencimento a um grupo (comunidade camponesa). Ainda segundo o autor a reciprocidade se revela em forma de solidariedade “na produção ou redistribuição de alimentos, que constituem o plano do real”. Já no âmbito do simbólico ela se revela nos cantos, nas rezas coletivas, entre outros. Como afirma: “A linguagem está na base da reciprocidade. Este compartilhamento recíproco permitido pela linguagem dá sentido à ação do homem” (SABOURIN, 2009, p 52).

Nos estudos contemporâneos sobre o campesinato observou-se a posição de alguns autores<sup>1</sup> que consideram que o processo de modernização da agricultura não foi capaz de suprimir o camponês, que se mantém, na atualidade, com um “modo de produção” baseado no uso “mais” sustentável do capital ecológico e que tem como uma das “principais características desse tipo de agricultura [...] a multifuncionalidade” (VAN DER PLOEG, 2008, p. 17). Além disto, opera um sistema de produção baseado na força de trabalho familiar ou através da mobilização de relações de reciprocidade dentro da comunidade a qual pertence e que tem “a produção orientada para o mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família” (VAN DER PLOEG, 2008, p. 17).

Na coleta de dados encontramos três situações que bem expressam a relação de reciprocidade na comunidade estudada e que diferencia o camponês do agricultor agroindustrial. A primeira diz respeito a o uso do transporte coletivo para o processo de comercialização dos produtos orgânicos/agroecológico, a segunda se relaciona com o processo de comercialização, ou seja, há uma prática na comunidade de se comercializar os produtos do vizinho que não pode ir à feira (isto ocorre entre os produtores orgânicos/agroecológicos) e a terceira é a existência de uma prática de troca ou doação de produto entre os moradores da comunidade.

Outras situações encontradas foram às práticas de rezas coletivas, cantos e festas que são realizadas para reverenciar a Santa da Comunidade, seja para arrecadar dinheiro para obras coletivas, seja para manutenção de um modo de vida.

A partir das entrevistas realizadas foi possível perceber que há uma tradição de se dividir a propriedade inicial com os filhos que vão casando e desejam continuar na atividade agrícola. Ou de repassar as propriedades de pai/mãe (após a morte de um destes) para os filhos, bem como transferir para algum parente mais próximo que

---

<sup>1</sup> Sobre estes estudos ver: Ploeg (2008), Sevilla Guzmán e González de Molina (2005), Nazaré Wanderley (2009), Toledo (1995), Toledo, Alarcón-Cháires e Barón (1999 e 2002), Horário Martins de Carvalho (2010, 2011) entre outros)

esteja necessitado de uma área para viver e plantar. “Nós morávamos no sítio de meu pai, aqui na comunidade, agora moramos na propriedade de meu primo” (JOSÉ PEREIRA, 2012, agricultor) ou “a minha propriedade tem 9,0 hectares, mas eu e minha mulher só lidamos com 2,0 hectares o resto está dividido com os filhos que casaram e continuam na roça” (Sr. Antônio, agricultor, 2012).

Assim sendo, há aqui duas características fundamentais das comunidades camponesas e suas estratégias de manutenção: (a) a impossibilidade de dissociar a unidade de produção da unidade de consumo e, (b) a reciprocidade<sup>2</sup> que permite reconhecer o outro como parte de um mesmo grupo.

Outra situação que surgiu durante a pesquisa e que se constitui como uma relação de reciprocidade é o uso coletivo ou individual do transporte para a comercialização, ou seja, 20% dos agricultores responderam que usam o transporte do atravessador e 80% usam transporte alugado coletivamente.

O fato de os agricultores adotarem uma estratégia de uso coletivo do transporte parece demonstrar, por um lado, uma relação de reciprocidade, e por outro, uma maior consciência coletiva com o meio ambiente.

Assim sendo, estes elementos permitem afirmar que um diferenciador do modo de produção camponês e do modo de produção agroindustrial é que o camponês preservar uma sua ações cotidianas de produção e reprodução uma consciência de reciprocidade com os seus familiares e vizinhos que mantém, identifica e reconhece os membros da mesma.

### Referências bibliográficas:

- BRASIL, **Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006**, Lei da Agricultura Familiar, Brasília, 2006.
- CARVALHO, Horário Martins de. **Campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**, Curitiba, 2012.
- FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P.M. de Azevedo. O censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil. **In Nead Debate 18**. Brasília: MDA, 2009
- PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade**. UFRGS editor, Porto Alegre, 2008.
- PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisado. **In A diversidade da agricultura familiar**. Sergio Schneider (Org). UFRGS editora, Porto Alegre, 2009.
- SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Editora Garamond Ltda, 2009, Rio de Janeiro.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel. **Ecologia, campesinado e historia**. Las ediciones de La Piqueta, Madrid, 1993
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Via Camponesa do Brasil, Brasília, 2005

---

<sup>2</sup> Usamos a definição de reciprocidade de Mauss (1924) que mencionar ser a “dinâmica de reprodução de prestações, geradora de vínculo social” (Sabourin, 2009 apud Mauss)